

REMIÇÃO DE PENA ATRAVÉS DA PRÁTICA DE LEITURA NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS

NATHALY GUATURA DA SILVA¹; LUCIANA IOST VINHAS²

¹ Universidade Federal de Pelotas – nathalyguatura@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – lucianavinhas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão "Remição de pena através da prática de leitura no Presídio Regional de Pelotas", através do estabelecimento de uma parceria com o Presídio Regional de Pelotas e com o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas, tem o objetivo de realizar oficinas de leitura e produção de textos com apenadas e apenados do Presídio Regional de Pelotas.

A remição da pena pelo trabalho é um direito assegurado pela Lei de Execução Penal e, através da redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011, foi acrescentada a possibilidade de remição pelo estudo. Com o amparo dessa legislação e no direito constitucional à educação, a resolução dada pela portaria nº 033/2019-GAB/SUP regulamenta a Remição pela Leitura nas unidades prisionais do Estado do Rio Grande do Sul. A portaria é nova, mas já temos conhecimento de outros projetos de remição que foram recentemente iniciados em outras cidades do estado, e, na unidade prisional pelotense, nosso projeto é o pioneiro. Durante toda a história do PRP, nunca houve remição pela leitura e, ao longo dos 50 anos de história da UFPel, nunca foi feito um convênio com o Presídio Regional de Pelotas. O presente projeto, então, possui um duplo pioneirismo na relação da universidade com a comunidade.

Considerando a pouca oferta de atividades e as condições precárias dos presídios no Brasil, há pouco espaço para a pretendida ressocialização de indivíduos com a qual se justifica o aprisionamento. E, como afirma Borges (2019), encarceramento sempre significou mais do que privação de liberdade. Mais do que a retirada do direito de ir e vir, o cárcere funciona como um mecanismo sistêmico de reprodução de violência contra os corpos dos ditos não civilizados, em maior parte pessoas negras e pobres.

O projeto de extensão no PRP, além de promover a remição pela leitura, visa proporcionar um ambiente de reflexão e debate, um espaço de resistência e funciona, assim, como uma forma de ressocialização dos participantes. Como educadoras, partimos de uma compreensão crítica do ato de ler, adotada por Freire (1981, pág. 9), que acredita que a leitura “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita”, ela “se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”; conforme Orlandi (2004), ler é um ato no nível simbólico, e isso significa que ler é interpretar. A prática da leitura se torna não apenas um instrumento para remição de pena ou informação: a leitura dá espaço para novas assimilações da realidade, propicia novas formas de relação com o mundo.

2. METODOLOGIA

As atividades desenvolvidas até o presente momento com as apenadas e apenados são calçadas nas condições previstas na portaria nº 033/2019, que prevê a leitura de uma obra literária no período de 21 a 30 dias, contando com a elaboração de um relatório de leitura que permitirá remir quatro dias da pena de

cada participante. Apenadas e apenados com ou sem condenação podem se inscrever no projeto voluntariamente, sendo que a divulgação acontece todos os meses sob responsabilidade da SUSEPE, podendo admitir novos participantes.

Tendo em vista a socialização da leitura, a proposta é a de que todas as participantes do grupo leiam a mesma obra durante o mês. No parágrafo único do artigo 2º da portaria nº 033/2019 fica estabelecido que a Remição por leitura pode ser integrada a programas e projetos de natureza semelhante, como oficinas de incentivo à leitura. Dessa forma, são realizadas oficinas semanais, com duração de 60 a 90 minutos, para a discussão de capítulos do livro em processo de leitura. Assim, as impressões causadas e as dificuldades surgidas durante a leitura podem ser compartilhadas e debatidas. O grupo entende que essa socialização beneficia o debate de ideias e estimula o desenvolvimento da capacidade crítica, favorecendo a compreensão textual e o interesse pela leitura.

O critério de escolha dos livros leva em consideração a linguagem acessível aos participantes, a contemplação de assuntos de interesse social e as indicações feitas pelo DEPEN. Durante as oficinas são discutidas questões pertinentes à compreensão da obra visando a assimilação das partes em relação ao todo. São trazidos à luz conceitos literários e outras categorias interessantes para o entendimento dos textos lidos.

O cronograma de atividades de cada mês é formulado de acordo com o prazo estabelecido pela portaria, e, para fomentar a discussão de cada trecho do livro, são entregues fichas de leitura com perguntas chave. As fichas têm o objetivo de sintetizar pontos cruciais para o entendimento das narrativas e exercitar a escrita, facilitando, assim, a construção do relatório final que será anexado ao Processo de Execução Criminal (PEC) do apenado. Somente com a aprovação avaliada por este relatório estará assegurada a remição de pena aos participantes das oficinas. As instruções para a escrita do relatório são continuamente ratificadas nos encontros, sendo que, na semana anterior ao dia reservado para a avaliação, pedimos aos participantes que previamente pensem e escrevam ideias para a construção do resumo.

Para discutir o andamento do projeto e leituras sobre o encarceramento, o grupo, composto por mim como bolsista, pela professora Luciana Vinhas como coordenadora e por alunos voluntários das graduações em Letras e Jornalismo, se reúne mensalmente. No início do projeto, as reuniões eram semanais para que pudéssemos construir e consolidar a forma de trabalho. E, como houve grande adesão de voluntários, temos estabelecido equipes mensais para que todos possam participar das oficinas no presídio. Durante o período em que nos encontramos no presídio, em todas as tardes das segundas-feiras, conseguimos nos reunir para tratar sobre o andamento das atividades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para colocar o projeto em prática, tivemos que passar por algumas questões burocráticas. A professora Luciana conseguiu acesso ao presídio através do Conselho da Comunidade, que é um grupo estabelecido pela Lei de Execução Penal. Entretanto, por não sermos oficialmente vinculados ao grupo, não pudemos confeccionar as carteirinhas necessárias para a entrada no presídio, pois a UFPel ainda não possui vínculo institucional com o PRP. Foi apenas pelo apoio da assistente social Gisele Medeiros, da psicóloga Vivan Polidori e do atual diretor Giuliano Nogueira, que conseguimos dar início às oficinas de leitura.

No dia primeiro de julho de 2019, com um grupo de 6 mulheres, começamos a leitura do livro *Olhos d'água*, da autora brasileira negra Conceição Evaristo. Já

no início da leitura, uma das mulheres começou a chorar dizendo que estava se identificando muito com a trajetória da personagem. Ela disse que nunca havia lido uma história com a qual se identificasse; durante a apresentação, falou inclusive que não gostava de ler, mas que havia entrado no projeto buscando alguma inspiração.

Infelizmente, já no segundo encontro, o número de mulheres foi reduzido a 1/3 entre saídas, desistências e transferências. A falta de adesão e evasão das mulheres nas atividades é uma problemática complexa devido à grande rotatividade na ala e à falta de motivação, questão já levantada no primeiro encontro por uma das apenadas. Ela explicou que, por mais estranho que pudesse parecer, dentro da prisão elas criavam na cela um ambiente confortável, e que, por isso, era difícil sair para realizar qualquer atividade. Muitas não saem de suas celas nem ao menos para ir ao pátio nos horários permitidos.

A ideia inicial para o projeto era montar uma turma para a galeria feminina e uma turma para as galerias masculinas. Entretanto, por decisão da administração do presídio, foi autorizada apenas a turma de mulheres, pois as galerias masculinas são organizadas por facções, e, por motivos de segurança, a administração não autorizou que a remição fosse ofertada a essas galerias. Ao final do primeiro mês com as mulheres, conversamos com a SUSEPE sobre a possibilidade de expandir o projeto aos homens da galeria dos trabalhadores, os quais não são faccionados.

Conseguimos iniciar o projeto com uma turma de 10 homens no mês de agosto. Chegamos ao final do primeiro mês com evasão mínima, pois apenas um dos apenados desistiu. Nove homens compareceram ao último encontro e fizeram o resumo, e continuamos com os mesmos membros no primeiro encontro do segundo mês.

Os encontros com as mulheres começam às 14h30 e terminam às 16h00 e com os homens começam às 17h00 e terminam às 18h00. No último encontro do segundo mês, quando teríamos a primeira avaliação com a turma masculina, houve uma ocorrência em uma das galerias e não pudemos permanecer no presídio para realizar a avaliação com os homens. Dessa forma, ainda não temos resultados do primeiro mês com essa turma, mas ambas as apenadas que concluíram os dois primeiros meses foram consideradas aptas à remição.

Atualmente estamos no terceiro mês e, começando com 8 mulheres, no último encontro realizado (o segundo do mês) contávamos com a participação de 7. Talvez isso signifique que o projeto começou a ganhar espaço e adesão. E as discussões, tanto no grupo de mulheres quanto no de homens, têm sido bastante positivas. As mulheres e os homens têm feito leituras críticas considerando suas próprias trajetórias de vida e se emocionado com as narrativas.

4. CONCLUSÕES

A cada dia de convívio no interior do presídio lidamos com algumas das fortes emoções que as grades tentam conter. Ouvimos histórias, vimos lágrimas e descobrimos um pouco mais sobre um sistema que nega tratamento digno, ambiente e alimentação adequada e educação a uma parcela da sociedade. Muitas vezes as oficinas se tornam um espaço em que as apenadas podem falar, compartilhar suas experiências e visão de mundo. Esse já é um começo dentro de uma sociedade que visa sempre calar as marginalizadas e marginalizados.

A falta de adesão e evasão das mulheres, a princípio, foi a maior problemática enfrentada para a consolidação do projeto. Esse problema, já levantado em Lopes, Soares e Pinto (2017), e confirmado nos dois primeiros

meses, parece estar sendo revertido no terceiro mês. Mas a realidade é de que a prisão é um ambiente de muita instabilidade e não podemos saber o que vem a seguir. A cada segunda-feira tenho a esperança de que as participantes consigam chegar até a sala de aula, nem que seja para dizer que não conseguiram ler o livro.

Também enfrentamos alguns problemas estruturais, como a localização da única sala de aula do presídio, que fica entre o primeiro e o segundo portão das galerias C e D. Segundo os próprios agentes, essa localização é problemática em termos de segurança, sendo a parte menos protegida da unidade. E também dependeremos de grades dentro da sala de aula, entre nós e os alunos, para expandir o projeto a essas e às outras duas galerias dos homens (excetuando-se o “seguro”).

Para concluir, acredito que seja importante que deixemos de enxergar as prisões com normalidade, como propõe Davis (2018). Devemos colocar sua existência em questionamento e pensar se realmente essa alternativa é a mais adequada para o curso da nossa sociedade. O aumento da população carcerária no Brasil nos últimos anos é alarmante. A política de guerra contra as drogas tem causado um aumento massivo no sistema prisional, em especial no que diz respeito a mulheres, em grande parte negras.

Mais do que discutir políticas de remição de pena, é necessário que começemos a discutir a abolição das prisões, pois seu histórico, como aponta Borges (2018), é o de ser o instrumento de um Estado formado com base em uma ideologia racista. A prisão foi formada a partir do remanejamento de uma lógica colonial, como uma alternativa capitalista de manter a marginalização do povo negro e pobre, perpetuando a elite branca no poder. E, como pessoa negra, faço questão de me posicionar contra o complexo-industrial-prisional que só beneficia quem lucra com ele e até hoje não nos tem protegido da violência, até porque ela parte do Estado e não dos nossos corpos.

O projeto traz benefícios para os futuros egressos do sistema prisional que serão instrumentalizados para a reinserção na sociedade através da prática crítica de leitura de obras literárias previstas pela legislação vigente. O projeto se consolida não somente pela prática da remição da pena, mas, principalmente, por proporcionar uma forma de ressocialização às apenadas e aos apenados do PRP, algo que é previsto pela Lei de Execução Penal, mas que não é efetivamente feito pelo Estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, J. **O que é encarceramento em massa.** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante.** (org. Frank Barat) Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** 22. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2009.
- LOPES, L.; SOARES, P.; PINTO, R. Presídio regional de Pelotas – Um estudo sobre apenadas e as políticas públicas voltadas para sua ressocialização. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.x, n.20, p.109 - 139, 2017.
- ORLANDI, E. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4.ed. Campinas: Pontes, 2004.
- BRASIL. **Lei de execução Penal.** Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.